

## **O uso das redes sociais pela Polícia Militar do Estado do Pará como ferramenta de aproximação com a sociedade**

The use of social media by the Military Police of the State of Pará as a tool for  
closer ties with society

Celso Luiz Ribeiro Padilha<sup>1</sup>

Rosiney Soares Maduro<sup>1</sup>

Ronaldo Sá de Oliveira<sup>1</sup>

Walter Ramieli Santos da Silva<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este artigo examina a utilização das mídias sociais pela Polícia Militar do Pará para estreitar laços com a comunidade, ressaltando a relevância da comunicação digital na consolidação da transparência e da interação social. Investigou-se de que forma plataformas como Instagram, Facebook e WhatsApp viabilizam a difusão de ações institucionais, campanhas educativas, diretrizes preventivas e a valorização da imagem corporativa. Metodologicamente, a pesquisa é qualitativa, descritiva e exploratória, amparada em revisão bibliográfica e documental com base em teóricos como Castells (2017), Recuero (2009), Duarte (2011), Bayley (2006) e Trojanowicz e Bucqueroux (1994). Os resultados apontam que as redes digitais aproximam a corporação dos cidadãos, ampliando o diálogo institucional, otimizando o policiamento comunitário e elevando a confiança pública na atividade policial. Contudo, observaram-se óbices relacionados à gestão da informação, ao combate à desinformação e à necessidade de capacitação profissional para o meio virtual. Conclui-se que tais redes constituem relevantes instrumentos de comunicação pública, fundamentais para integrar a Polícia Militar e a sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** Polícia Militar; Redes Sociais; Comunicação Pública; Segurança Pública; Sociedade.

---

<sup>1</sup>Policial Militar do Estado do Pará

## **ABSTRACT**

This article examines the use of social media by the Military Police of Pará to strengthen ties with the community, highlighting the relevance of digital communication in consolidating transparency and social interaction. It investigated how platforms such as Instagram, Facebook, and WhatsApp enable the dissemination of institutional actions, educational campaigns, preventive guidelines, and the enhancement of the corporate image. Methodologically, the research is qualitative, descriptive, and exploratory, supported by a bibliographic and documentary review based on theorists such as Castells (2017), Recuero (2009), Duarte (2011), Bayley (2006), and Trojanowicz and Bucqueroux (1994). The results indicate that digital networks bring the corporation closer to citizens, expanding institutional dialogue, optimizing community policing, and increasing public trust in police activity. However, obstacles related to information management, combating misinformation, and the need for professional training for the virtual environment were observed. It is concluded that such networks constitute relevant instruments of public communication, fundamental for integrating the Military Police and contemporary society.

**Keywords:** Military Police; Social Networks; Public Communication; Public Security; Society.

## **1 INTRODUÇÃO**

As transformações tecnológicas ocorridas nas últimas décadas modificaram significativamente as formas de comunicação entre instituições públicas e sociedade. Nesse contexto, as redes sociais digitais passaram a desempenhar papel essencial na disseminação de informações, aproximação institucional e construção da opinião pública.

A Polícia Militar, enquanto órgão responsável pela preservação da ordem pública e segurança da população, também passou a utilizar plataformas digitais como instrumento estratégico de comunicação social. No Estado do Pará, o uso das redes sociais pela Polícia Militar tem se intensificado, especialmente por meio da divulgação de ações operacionais, campanhas educativas, informações preventivas e interação com os cidadãos.

Segundo Castells (2017), a sociedade contemporânea é marcada pela comunicação em rede, na qual as instituições precisam adaptar-se às novas formas de interação social. Nesse sentido, as redes sociais permitem maior proximidade entre polícia e comunidade, favorecendo a transparência institucional e o fortalecimento da confiança pública.

Diante disso, surge o seguinte problema de pesquisa: de que forma o uso das redes sociais pela Polícia Militar do Estado do Pará contribui para a aproximação com a sociedade?

O objetivo geral deste estudo é analisar o uso das redes sociais pela Polícia Militar do Estado do Pará como ferramenta de aproximação com a sociedade. Como objetivos específicos, busca-se compreender a importância das redes sociais na comunicação pública, identificar os benefícios dessa interação digital e discutir os desafios enfrentados pela instituição no ambiente virtual.

A relevância da pesquisa está relacionada à crescente utilização das mídias digitais pelos órgãos de segurança pública e à necessidade de compreender os impactos dessa comunicação na relação entre polícia e população.

## **2 O USO DAS REDES SOCIAIS PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ COMO FERRAMENTA DE APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE**

### **2.1 Redes sociais e comunicação pública**

As mídias sociais digitais reconfiguraram de maneira profunda a dinâmica comunicacional contemporânea, exercendo impacto direto sobre as interações de caráter social, político e institucional. Graças à evolução das tecnologias de informação e comunicação, surgiram modalidades inéditas de interlocução entre sujeitos e organizações, conferindo maior celeridade, dinamismo e acessibilidade aos fluxos informativos. Sob essa ótica, tais plataformas consolidaram-se como vetores determinantes tanto na difusão de conteúdos quanto na modelagem do debate público.

Na perspectiva de Recuero (2009), as redes sociais configuram ambientes de sociabilidade mediados pela rede mundial de computadores, nos quais os internautas compartilham dados, juízos de valor, vivências e estruturam laços interpessoais. A pesquisadora ressalta que essas arenas virtuais transcendem a dimensão de meros aparatos tecnológicos, constituindo verdadeiros espaços de construção social que balizam condutas, conexões e fluxos de comunicação.

A democratização do acesso à internet, aliada à expansão dos meios digitais, impeliu a administração pública a adotar as redes sociais como ferramentas táticas de comunicação institucional. Conforme postula Duarte (2011), a vertente pública da comunicação deve ser pautada pelo bem comum, sustentando-se nos pilares da transparência, do livre acesso à informação e do engajamento democrático. Desse modo, as esferas governamentais têm o

dever de estruturar vias comunicativas eficazes que estreitem os laços entre o aparato estatal e a sociedade civil.

Diante desse panorama, tais redes afirmaram-se como mecanismos indispensáveis para a gestão pública, ao propiciarem uma interlocução mais estreita entre o poder público e a população. A operação desses canais viabiliza a difusão de atos oficiais, ações de cunho pedagógico, oferta de serviços e esclarecimento de dúvidas dos cidadãos, o que atua como fator de fortalecimento do pacto entre governantes e governados.

Segundo a análise de Castells (2017), a modernidade caracteriza-se pela estruturação de uma sociedade em rede, na qual as ferramentas digitais alteraram substantivamente as bases sociais e institucionais. O autor argumenta que a rede global operou uma profunda redefinição comunicativa ao descentralizar os fluxos de informação e fomentar o protagonismo social. Por conseguinte, as organizações públicas viram-se na contingência de ajustar suas estratégias de divulgação ao ecossistema virtual, visando alinhar-se às constantes transformações sociotecnológicas.

No âmbito da segurança pública, a incorporação dessas mídias assume relevância ainda mais premente, dada a imperiosa necessidade de um diálogo ininterrupto entre os órgãos policiais e os cidadãos. A Polícia Militar, a título ilustrativo, passou a mobilizar as plataformas virtuais para dar publicidade a ações de policiamento, campanhas de prevenção a delitos, diretrizes de autoproteção e iniciativas de engajamento comunitário.

Para além do mero compartilhamento de conteúdo, os ambientes digitais exercem papel preponderante na consolidação da imagem corporativa. Conforme salienta Terra (2011), a comunicação em ambiente digital robustece a identidade de uma organização e potencializa sua aptidão de interlocução com variados segmentos sociais. Tratando-se de corporações policiais, a atuação estratégica nesses meios virtuais mostra-se capaz de elevar a credibilidade da instituição e consolidar o vínculo de confiança junto à coletividade.

Cumprir destacar, outrossim, a dimensão da transparência administrativa. A vigência da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) ratificou a exigência de maior visibilidade para os atos estatais e de fomento à fiscalização cidadã. Nessa conjuntura, os canais digitais passaram a atuar como elos integradores entre as entidades governamentais e a população, democratizando o acesso a dados relativos à gestão pública.

A adoção de mídias sociais pelas corporações de segurança também se coaduna com as premissas do policiamento comunitário. De acordo com Trojanowicz e Bucqueroux (1994), essa filosofia de atuação visa a mitigar o distanciamento entre a força policial e a comunidade, estimulando laços de cooperação mútua e fidedignidade. Sob esse prisma, os recursos virtuais

consolidam-se como catalisadores dessa aproximação, ao estreitarem o canal de comunicação entre os agentes da lei e os munícipes.

No território paraense, a Polícia Militar tem empregado as redes digitais de forma estratégica no desenvolvimento de sua comunicação pública. A difusão sistemática de ocorrências operacionais, ações educativas, programas sociais e orientações preventivas visa consolidar a legitimidade da corporação perante a sociedade do Pará. Adicionalmente, tais canais virtuais conferem presteza e agilidade ao compartilhamento de notícias de interesse direto da segurança pública local.

Todavia, não obstante os inegáveis benefícios decorrentes do uso das plataformas sociais, emergem óbices complexos inerentes à comunicação digital corporativa. Entre os principais entraves, sobressaem-se a propagação de conteúdos inverídicos, a superexposição de intervenções policiais e o melindroso gerenciamento da reputação da corporação. À vista disso, revela-se imperioso que os agentes responsáveis pelo setor comunicativo disponham de sólida qualificação técnica e de diretrizes de planejamento estratégico para bem atuar no ambiente virtual.

Depreende-se, desse modo, que as mídias digitais constituem canais fundamentais para a interlocução governamental e o engajamento comunitário, de modo singular no setor da segurança coletiva. A adoção de tais mecanismos pela Polícia Militar paraense corrobora a imperiosa demanda de modernização dos órgãos estatais frente às dinâmicas comunicacionais da coletividade atual.

## **2.2 Segurança pública e aproximação comunitária**

A salvaguarda da segurança pública configura-se como um dos alicerces indispensáveis para a preservação do equilíbrio social e a tutela dos direitos fundamentais dos indivíduos. No panorama nacional, a Carta Magna de 1988 preconiza, em seu artigo 144, que tal atribuição representa um dever estatal, bem como um direito e corresponsabilidade de toda a coletividade, destinada a assegurar a ordem pública e a integridade física e patrimonial dos cidadãos. Sob essa perspectiva, cabe à Polícia Militar um papel preponderante na defesa social, mediante ações de caráter preventivo e ostensivo voltadas a coibir a criminalidade.

Sob o prisma histórico, os órgãos de segurança pública eram comumente vinculados a práticas essencialmente repressivas e dissociadas do cotidiano civil. Contudo, as profundas transformações socioculturais das últimas décadas viabilizaram a emergência de novos

paradigmas no setor, com ênfase primordial no estreitamento dos laços entre a corporação e os cidadãos.

De acordo com as premissas de Bayley (2006), a respeitabilidade das forças policiais decorre diretamente do nível de credibilidade estabelecido com a coletividade. O autor sustenta que o incremento da confiança civil nas intervenções policiais potencializa a colaboração comunitária no combate aos delitos e na consolidação da harmonia social. Logo, o fomento de uma interlocução saudável entre os agentes da lei e a população consolidou-se como pilar imprescindível para o êxito das diretrizes de segurança pública.

Configura-se, nesse cenário, a relevância do policiamento comunitário, cuja proposta visa alinhar as estratégias operacionais às especificidades das localidades atendidas. Sob a ótica de Trojanowicz e Bucqueroux (1994), essa modalidade traduz-se em uma filosofia de gestão assentada na cooperação mútua entre a polícia e os moradores, estimulando o engajamento social tanto no diagnóstico quanto na resolução conjunta de impasses atrelados à violência e à criminalidade.

Essa metodologia preconiza uma conduta predominantemente proativa e inclusiva, mitigando o emprego exclusivo da força coercitiva em prol de táticas embasadas no diálogo, no mutualismo e na coesão social. Desse modo, os indivíduos transcendem a condição de meros beneficiários dos serviços de segurança, assumindo o papel de agentes ativos na construção de um ambiente pacificado.

Conforme elucidam Skolnick e Bayley (2002), o engajamento junto à comunidade consolida a autoridade moral da corporação ao fundamentar a convivência em pilares de fidedignidade e consideração recíproca entre policiais e moradores. Essa sinergia atua diretamente na mitigação de atritos sociais, no aperfeiçoamento dos fluxos comunicacionais da instituição e na ampliação da ingerência civil nos programas de segurança do Estado.

Diante da evolução das ferramentas digitais, as plataformas de interação social assumiram papel preponderante na facilitação desse contato comunitário. Meios virtuais de ampla difusão, tais como Instagram, Facebook, WhatsApp e X (outrora Twitter), franqueiam um canal de comunicação célere, de fácil acesso e interativo entre os órgãos policiais e os cidadãos.

Por intermédio de tais canais, a Polícia Militar viabiliza a difusão de conteúdos preventivos, campanhas informativas de cunho pedagógico, relatórios de operações e diretrizes de autoproteção. Paralelamente, essas mídias intensificam o intercâmbio com a sociedade, consolidando o canal de interlocução oficial e conferindo maior visibilidade e transparência às atividades corporativas.

Sob o entendimento de Castells (2017), a difusão das tecnologias de informação reconfigurou substancialmente as dinâmicas sociais e corporativas, inaugurando uma organização social estruturada em teias comunicacionais. Nesse panorama, as entidades governamentais encontram-se compelidas a se ajustar a esses novos fluxos de sociabilidade, empregando os recursos digitais como vias preferenciais de aproximação e exercício da cidadania.

No âmbito paraense, a Polícia Militar adota as plataformas virtuais como um vetor estratégico de comunicação oficial e integração social. A divulgação sistemática de operações de segurança, iniciativas de responsabilidade social e projetos socioeducativos desenvolvidos pela corporação visa precipuamente robustecer o vínculo de confiança entre o órgão de segurança e a população do Pará.

Para além do compartilhamento informativo, as mídias sociais desempenham uma função relevante na humanização da imagem da instituição militar, sintonizando os profissionais da segurança com o cotidiano e os anseios do público. Esse intercâmbio favorece a edificação de uma imagem institucional mais favorável, o que reverbera no incremento do prestígio público e no estímulo à colaboração comunitária.

Cumprido sublinhar, outrossim, a celeridade conferida ao fluxo informacional por essas tecnologias. Diante de cenários emergenciais ou de crise, o uso estratégico das redes possibilita a transmissão imediata de alertas e esclarecimentos oficiais por parte da Polícia Militar, prestando um serviço essencial de mitigação de riscos e de orientação em tempo real.

Malgrado as indiscutíveis vantagens oferecidas pelas redes sociais, subsistem óbices complexos associados à sua utilização pelas forças de segurança. Dentre os principais entraves, sobressaem a necessidade imperiosa de refutar a propagação de desinformação, a gestão eficaz de crises de imagem, o risco de espetacularização e exposição exacerbada das ações táticas, bem como a urgência de um rigoroso controle ético sobre as informações veiculadas. Outrossim, é imprescindível que os encarregados da comunicação institucional detenham qualificação técnica e domínio sobre a comunicação pública digital, dado que o ambiente virtual requer rigor estratégico e responsabilidade na veiculação de conteúdos.

Com efeito, as redes sociais configuram-se como valiosas ferramentas para consolidar a segurança pública e integrar a comunidade. A adesão a essas mídias pela Polícia Militar do Pará reflete a urgência de as forças policiais se adequarem às evoluções tecnológicas contemporâneas, visando consolidar uma relação transparente, participativa e próxima com o cidadão.

### **2.3 O uso das redes sociais pelas instituições policiais**

Recentemente, as corporações de segurança pública têm empregado os meios digitais como vetores estratégicos de comunicação institucional e engajamento social. A evolução das tecnologias de informação, somada ao amplo acesso à internet, reconfigurou substancialmente a interlocução entre o Estado e a população, exigindo maior celeridade, transparência e reciprocidade informativa.

Nesse contexto, as mídias sociais assumiram papel de destaque na rotina policial, viabilizando a divulgação de ações táticas, iniciativas pedagógicas, diretrizes preventivas e prestação de serviços à comunidade. Plataformas de ampla difusão, a exemplo de Instagram, Facebook, WhatsApp, YouTube e X (antigo Twitter), consolidaram-se como canais corporativos fundamentais para estreitar os laços com os cidadãos.

Conforme preconiza Terra (2011), a comunicação digital de caráter institucional fortalece a imagem das organizações e expande os espaços de interlocução com a opinião pública. Sob a ótica da teórica, os ecossistemas virtuais fomentam a interatividade e a governança participativa, alicerçando fluxos de informação notoriamente mais transparente. Não obstante as vantagens advindas das mídias sociais, o ecossistema virtual impõe óbices de grande monta às instituições policiais. Dentre os desafios mais prementes, sobressaem-se a sobre-exposição institucional, o gerenciamento de crises reputacionais, a necessidade de controle das informações difundidas e a salvaguarda da ética profissional no ambiente virtual.

A celeridade com que as informações se propagam nessas redes demanda das corporações policiais reações tempestivas e um planejamento estratégico eficaz. Manifestações desfavoráveis, censuras públicas e o compartilhamento inadequado de conteúdos detêm o potencial de comprometer a imagem do órgão, provocando desgaste perante a sociedade.

Ademais, faz-se imperioso instituir diretrizes precisas para a utilização de tais canais institucionais, assegurando que o conteúdo difundido se harmonize estritamente com os preceitos da legalidade, ética, transparência e responsabilidade pública. Sob a perspectiva de Kunsch (2013), a comunicação organizacional requer planejamento estratégico, ponderando os diversos públicos e as repercussões institucionais das mensagens emitidas. Tratando-se de entidades policiais, esse fluxo comunicativo deve conciliar a publicidade dos atos, o dever cívico e a salvaguarda da segurança das operações policiais.

Outro aspecto crucial concerne à qualificação técnica dos agentes incumbidos da gestão dessas mídias. O cenário digital exige competências especializadas que abrangem a

produção de conteúdos, a contenção de crises, o marketing digital e a interação qualificada com o público.

Depreende-se, desse modo, que as redes sociais se consolidam como canais vitais de comunicação pública para a polícia contemporânea. Sob um viés estratégico e prudente, essas plataformas concorrem para robustecer a transparência do Estado, estreitar os laços comunitários e sedimentar relações de confiança mútua entre as forças de segurança e a coletividade.

### **3 METODOLOGIA**

Este trabalho configura-se como uma investigação de cunho qualitativo, sob as vertentes descritiva e exploratória, cujo propósito central consiste em examinar o emprego das mídias sociais pela Polícia Militar do Estado do Pará como instrumento de integração comunitária. A opção pelo método qualitativo fundamenta-se na premência de compreender os fenômenos sociais intrínsecos à comunicação corporativa, à reciprocidade social e ao uso de plataformas digitais no âmbito da segurança pública.

Na perspectiva de Gil (2008), o enfoque qualitativo viabiliza a averiguação de matizes subjetivos e sociais da realidade, contemplando as percepções, condutas e interações humanas inerentes ao objeto de estudo. Tal prisma metodológico propicia uma apreensão mais refinada acerca dos impactos das redes digitais na interlocução entre o poder público e a coletividade.

O viés descritivo da investigação reside na intenção de delinear o panorama de uso dessas plataformas pela corporação paraense, mapeando seus escopos preponderantes, dinâmicas de engajamento e aportes para a consolidação da comunicação governamental. Sob a ótica de Prodanov e Freitas (2013), esta tipologia de pesquisa visa contemplar, registrar e destrinchar as propriedades de dado evento sem nele intervir de modo direto.

Ademais, o caráter exploratório se faz presente ao visar o alargamento cognitivo sobre a temática, propiciando maior aproximação do pesquisador com o problema em voga. Consoante Lakatos e Marconi (2017), o delineamento exploratório destina-se a formular reflexões e adensar debates concernentes a temas ainda pouco debatidos na esfera acadêmica.

No tocante ao aparato técnico, recorreu-se aos levantamentos bibliográfico e documental. O primeiro estruturou-se a partir do exame de livros, periódicos científicos, dissertações, teses e demais produções acadêmicas voltadas à comunicação pública, mídias virtuais, segurança coletiva e policiamento de base comunitária.

Conforme aduz Severino (2016), o levantamento bibliográfico revela-se imprescindível para a construção do alicerce teórico, descortinando ao investigador abordagens e exegeses plurais sobre o tema. Sob essa égide, perscrutaram-se as contribuições de intelectuais de destaque como Castells (2017), Recuero (2009), Duarte (2011), Bayley (2006), Terra (2011), Kunsch (2013) e Trojanowicz e Bucqueroux (1994), cujos trabalhos debatem mídias sociais, comunicação digital, polícia comunitária e interfaces institucionais.

De modo complementar, a vertente documental integrou o escopo metodológico por via da triagem de conteúdos produzidos pela própria Polícia Militar do Pará em suas plataformas online. Examinaram-se, destarte, postagens informativas, campanhas de conscientização, comunicados institucionais e dados de domínio público veiculados nos canais oficiais da corporação.

Na ótica de Cellard (2008), a investigação de documentos permite desvelar registros de origem organizacional, descortinando processos comunicativos e práticas internas. Assim, o exame documental tornou possível rastrear como a corporação faz uso dos ambientes virtuais para publicizar intervenções táticas, diretrizes de prevenção criminal e iniciativas voltadas à aproximação com o corpo social.

A etapa de coleta de dados operacionalizou-se mediante a triagem de subsídios bibliográficos e fontes digitais atinentes ao tema investigado. A sistematização e a hermenêutica das informações coletadas deram-se sob o viés qualitativo, priorizando as dimensões fundamentais da comunicação estatal e da interlocução entre a instituição policial e a comunidade.

Relativamente aos propósitos deste estudo, intentou-se compreender como os espaços virtuais de relacionamento atuam na consolidação da transparência administrativa, na robustez da comunicação pública e no estreitamento dos laços entre a Polícia Militar e a sociedade paraense.

Destarte, o percurso metodológico delineado demonstrou-se profícuo para a consecução do trabalho, franqueando uma leitura abrangente acerca da apropriação das mídias digitais pelos órgãos policiais e de seus reflexos na relação entre a segurança pública e a sociedade civil contemporânea.

## **4 DISCUSSÃO E RESULTADOS**

O estudo em tela evidencia que as plataformas digitais assumiram uma função estratégica na esfera comunicativa da Polícia Militar do Estado do Pará, constituindo canais

fundamentais para estreitar os laços entre o órgão e a comunidade. A evolução tecnológica, aliada à expressiva adesão dos cidadãos a esses ambientes virtuais, impôs às organizações públicas a reconfiguração de suas dinâmicas de diálogo, visando fomentar a interatividade, a transparência administrativa e a acessibilidade informacional.

Constatou-se o uso recorrente de mídias como Instagram, Facebook, WhatsApp e YouTube pela corporação paraense para veicular operações policiais, diretrizes de prevenção, campanhas educativas, iniciativas comunitárias e notas de utilidade pública. Tais ambientes viabilizam uma interlocução célere e imediata com a sociedade, potencializando a capilaridade das mensagens oficiais do órgão.

Os dados apontam que a inserção nesses meios digitais promove, de maneira expressiva, a integração entre o aparato policial e a coletividade. Essa sinergia virtual faculta aos cidadãos o acompanhamento das diligências corporativas, a apropriação dos programas institucionais e a obtenção de dados atinentes à segurança pública. Semelhante exposição concorre para a consolidação da imagem da entidade e para o incremento do prestígio e da confiabilidade social perante a atuação da força policial.

Sob a ótica de Bayley (2006), a credibilidade perante a opinião pública representa o alicerce para a legitimação dos órgãos de segurança. Sob esse prisma, depreende-se que a difusão digital subsidia a consolidação desse atributo, uma vez que confere maior transparência à gestão corporativa e simplifica o acesso do público aos dados governamentais fidedignos.

Ademais, as redes de interação digital propiciam um canal de mão dupla entre a corporação e a população através de comentários, mensagens e compartilhamento de postagens. Essa proximidade dialógica atua no fortalecimento dos laços comunitários e estimula o engajamento social nos debates concernentes à segurança pública e à defesa social.

Outro fator de relevo consiste na celeridade com que o fluxo informacional é propagado. Em conjunturas críticas, ocorrências policiais, campanhas de prevenção ou recomendações de segurança, os ambientes virtuais asseguram um aviso simultâneo e eficaz aos indivíduos. Esse dinamismo otimiza as medidas profiláticas de segurança, a elucidação célere de fatos e a ampla difusão de posicionamentos oficiais.

Identificou-se, outrossim, que a publicização de programas humanitários e projetos de base comunitária executados pela Polícia Militar fomenta a humanização de seu perfil institucional. Ao externar campanhas de solidariedade, práticas pedagógicas e intervenções diretas nas comunidades locais, consolida-se o entendimento social de que a instituição não

atua meramente na repressão ao crime, mas também no fomento ao desenvolvimento social e bem-estar comum.

Na acepção de Terra (2011), as estratégias de comunicação corporativa no ambiente digital revigoram a identidade organizacional e estendem os canais de interlocução com a sociedade. O cenário analisado corrobora essa premissa, evidenciando que tais plataformas virtuais constituem um elo de aproximação efetiva entre a corporação policial e a população do Estado do Pará.

Cumprido ressaltar também o papel dessas mídias na mitigação da desinformação. Diante da velocidade com que conteúdos se propagam na internet, as páginas institucionais da corporação configuram-se como fontes de referencial verídico, propiciando esclarecimentos seguros sobre ocorrências policiais. Com isso, os canais digitais operam de modo eficaz no combate a boatos e notícias falsas, preservando o prestígio público da corporação.

Contudo, em contraposição aos benefícios elencados, sobressaem desafios inerentes à gestão de imagem nesses ambientes. Entre os óbices de maior relevância, destacam-se a administração de interações hostis, os riscos associados à superexposição da marca governamental, a exigência de monitoração contínua dos canais e a imperiosa salvaguarda da reputação da corporação em ambiente digital.

A dinâmica instantânea que rege a internet demanda respostas tempestivas e um planejamento estratégico minucioso por parte do comando da instituição. Divulgações imprecisas ou leituras distorcidas das mensagens podem acarretar severo desgaste à imagem pública do órgão de segurança pública, gerando passivos reputacionais desfavoráveis perante os cidadãos.

Constatou-se, ademais, a premente necessidade de aprimoramento técnico e capacitação dos agentes encarregados da administração dessas redes. A atuação em mídias sociais corporativas impõe competências específicas nas áreas de produção de conteúdo digital, gerenciamento de crises de imagem, conduta ética na esfera pública e mediação de conflitos no atendimento ao cidadão.

Conforme leciona Kunsch (2013), a comunicação no âmbito das organizações requer planejamento de longo prazo, ponderando-se os reflexos sociais e corporativos de cada pronunciamento. Sob essa ótica, mostra-se imprescindível que as instituições de segurança pública formulem diretrizes de comunicação digital alicerçadas nos preceitos constitucionais da transparência, da responsabilidade social e da supremacia do interesse público.

Adicionalmente, detectou-se o obstáculo concernente à salvaguarda da integridade institucional. Em determinados cenários, a veiculação desmedida de dados de cunho

operacional possui o potencial de inviabilizar táticas policiais, bem como de vulnerabilizar os agentes engajados nas ações de segurança pública. Por conseguinte, impõe-se a definição de parâmetros rigorosos para a difusão de conteúdos corporativos nas redes sociais.

Outrossim, os dados obtidos no estudo evidenciam que a inserção da Polícia Militar nos meios digitais robustece as diretrizes do policiamento comunitário, visto que estende as vias de interlocução com a sociedade. Esse estreitamento de laços propicia o desenvolvimento de vínculos de credibilidade mútua, sinergia social e engajamento cívico nos temas pertinentes à segurança pública.

Depreende-se, desse modo, que as mídias sociais se configuram como canais fundamentais de utilidade pública e integração comunitária para a Polícia Militar do Estado do Pará. Sob uma gestão estratégica e ética, tais recursos consolidam a transparência corporativa, fomentam a participação cidadã e pavimentam o caminho para uma convivência mais integrada entre a corporação e a coletividade.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta investigação permitiu compreender a relevância dos canais digitais como ferramentas de comunicação corporativa empregadas pela Polícia Militar do Pará para estreitar laços com a comunidade. Em um cenário de transição tecnológica e consolidação de mídias virtuais, as instituições públicas adaptaram suas ações comunicacionais aos novos padrões de convívio social, valendo-se desses ambientes para promover a transparência e a interlocução com o público.

No decorrer do estudo, constatou-se que tais plataformas exercem função estratégica na difusão de ações da corporação militar, conferindo maior visibilidade às suas atividades. O emprego sistemático de redes como Instagram, Facebook, WhatsApp e YouTube favorece a veiculação de diretrizes preventivas, campanhas pedagógicas, informes sobre operações de campo e orientações voltadas à segurança pública.

Evidencia-se que os meios digitais concorrem substancialmente para a aproximação entre a força policial e a sociedade, estimulando vínculos mais acessíveis e participativos. A interlocução promovida por essas redes viabiliza um intercâmbio dinâmico entre o órgão e a coletividade, o que consolida a transparência administrativa e democratiza o acesso às informações institucionais.

Outro fator preponderante identificado diz respeito à consolidação da credibilidade social perante a atuação da polícia. A publicização das missões executadas e a abertura para o

contato direto com a população concorrem para a formação de uma imagem institucional mais transparente. Sob essa ótica, as mídias sociais corroboram também o policiamento comunitário, ao ampliarem os canais de diálogo e cooperação.

Verificou-se ainda que a celeridade na transmissão de dados desponta como importante benefício oferecido pelas plataformas virtuais. Em cenários de emergência, anúncios preventivos ou alertas de segurança pública, as redes sociais viabilizam um contato instantâneo e eficaz com os cidadãos, otimizando medidas de precaução e garantindo esclarecimentos oficiais imediatos.

Não obstante tais benefícios, o diagnóstico científico também evidenciou desafios inerentes ao manejo dessas redes pelas forças de segurança. Dentre os principais óbices sobressaem a governança rigorosa do conteúdo publicado, o enfrentamento à desinformação, a administração de crises reputacionais e a salvaguarda da credibilidade do órgão no ecossistema digital.

Ademais, constatou-se a necessidade de capacitar tecnicamente os agentes encarregados da comunicação social, visto que a atuação cibernética pressupõe saberes específicos, planejamento estratégico e rigor ético na difusão de conteúdos. O exercício da comunicação pública demanda sólida preparação para gerir o fluxo rápido de dados, interagir com o público e mitigar impactos derivados da exposição digital.

Cumpra ainda ponderar sobre a necessidade de harmonizar a transparência administrativa com a salvaguarda do sigilo das operações policiais. A utilização dessas plataformas requer planejamento e prudência, assegurando que todas as veiculações estejam estritamente alinhadas aos ditames da legalidade, da ética e do interesse público.

Diante disso, recomenda-se que a Polícia Militar do Estado do Pará continue investindo em comunicação digital, buscando refinar as ferramentas de interação comunitária e consolidar sua imagem pública. Salienta-se a relevância do aperfeiçoamento contínuo dos gestores dessas plataformas, a fim de assegurar uma transmissão informativa eficaz, transparente e condizente com as exigências contemporâneas.

Em síntese, depreende-se que as mídias digitais constituem valiosos vetores de integração entre a Polícia Militar e a população civil, propiciando o revigoramento da comunicação pública, a ampliação da transparência institucional e a solidificação de laços de mútua confiança entre a corporação e a sociedade.

## **REFERÊNCIAS**

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento**: uma análise internacional comparativa. São Paulo: EDUSP, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

DUARTE, Jorge. **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

TERRA, Carolina Frazon. **Blogs corporativos**: modismo ou tendência? São Paulo: Difusão Editora, 2011.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento comunitário**: como começar. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.